

De acordo com a sondagem do Centro de Análises da Opinião Pública do Conselho de Ministros, em Agosto de 1988 somente 26% dos polacos consideravam a actividade da oposição correspondente aos interesses da sociedade, enquanto apenas 23,2% dos inquiridos declaravam simpatizar com Lech Walesa, dirigente do Solidariedade e prémio Nobel da Paz. Quando, na mesma altura, se perguntava quais os problemas mais importantes da Polónia e dos polacos, somente 1,2% dos inquiridos espontaneamente mencionaram a legalização do Solidariedade<sup>1</sup>.

No mês em que foi feita esta sondagem teve lugar, já pela segunda vez em 1988, uma onda de greves, maior do que a anterior, e o problema da legalização do sindicato foi colocado pelos trabalhadores no primeiro plano das suas reivindicações. Menos de um ano depois — em Março de 1989 — 79% dos polacos aprovava as actividades da oposição<sup>2</sup>, enquanto que Lech Walesa gozava da simpatia de 74% dos polacos<sup>3</sup>. Além disso, para avaliar as verdadeiras opções do povo, não é necessário recorrer às sondagens, basta tomar em consideração os resultados das eleições que tiveram lugar em 4 e 18 de Junho de 1989. O partido comunista e as organizações dele dependentes (ZSL, SD e grupos de católicos «próximos do governo») tiveram, à partida, garantida uma maioria de 65% dos lugares no Parlamento. As eleições limitavam-se a 35% dos lugares da Câmara Baixa e abrangiam todos os lugares no Senado. As primeiras eleições com a participação da oposição na história dos países comunistas, cujas dimensões ninguém — nem o poder, nem a oposição — tinha previsto, levaram a uma derrota do governo. A oposição conquistou 99 dos 100 lugares no Senado e todos os lugares livremente disputados na Câmara Baixa. Quase todos foram eleitos logo na primeira volta, obtendo portanto, decididamente mais do que os 50% de votos exigidos. O Solidariedade conseguiu até influenciar consideravelmente os resultados das eleições para os lugares reservados para o «grupo governamental», favorecendo os candidatos próximos do Solidariedade, ou considerados reformistas. O resultado imediato foram as dificuldades na eleição do general Wojciech Jaruzelski como presidente, apesar de ele, como garante de um processo pacífico e evolutivo das mudanças em direcção da democracia, gozar de um apoio inequívoco tanto de Mikhail Gorbachev (declarações em Paris), como de George Bush (elogios a Jaruzelski durante a sua visita a Varsóvia).

Quais foram as causas de uma tão dramática mudança na situação da Polónia? Quais são as consequências possíveis do processo iniciado e os problemas principais que se apresentam no seu caminho? Eis as questões fundamentais a que tentarei responder neste artigo.

## **Origens**

O que contribuiu para a mudança de política do governo e para que a mesma equipa que, em Dezembro de 1981, impôs a lei marcial iniciasse

um processo radical de reformas políticas e económicas? A crescente tensão social, cuja expressão mais visível foram as greves de 1988, teve por certo um papel importante, mas a necessidade de mudança pode notar-se na política do governo desde antes das greves. Uma das razões mais importantes da mudança é a consciência de que a reconstrução do sistema de tipo soviético, cujas bases foram destruídas pelo Solidariedade dos anos 1980-1981, não é possível nem desejável; para o início da política de reformas contribui a consciência do fracasso da política dos anos 1982-87 e, finalmente, a evolução da situação internacional, que desempenhou um papel preponderante na aceitação do risco das reformas. A classe dirigente na Polónia, na sua maioria, não se conformou com o facto da criação do Solidariedade em Agosto de 1980. As cedências dos meses seguintes foram consideradas pela maior parte da classe dirigente como puramente táticas. Hoje, porém, não há dúvidas de que o factor principal que empurrou Jaruzelski para o golpe de 13 de Dezembro de 1981 e a imposição da lei marcial, foi a pressão do Kremlin<sup>4</sup>. Com a chegada ao poder na URSS de Mikhail Gorbachev, a conjuntura mudou radicalmente. A nova política do Kremlin deixava ao reformismo na Europa de Leste um campo de manobra bastante mais vasto do que anteriormente. Mais, desestabilizava e desestabiliza regimes conservadores nesta região que já não podem evocar o exemplo, nem as pressões de Moscovo.

A equipa de Jaruzelski, depois de 13 de Dezembro, não visava uma simples restauração das condições anteriores ao aparecimento do Solidariedade. Procurava antes uma inspiração na política de Janos Kadar (a imprensa polaca estava cheia de artigos analisando a política de Janos Kadar, que permitira — como ainda parecia na altura — resolver os problemas económicos e criar um consenso social depois do esmagamento da revolução húngara de 1956), exemplo do absolutismo iluminado comunista, e não na prática da Checoslováquia «normalizada». A equipa governamental na Polónia propôs-se um duplo objectivo: impedir a repetição da revolta de Agosto e, por outro lado, reformar o regime existente. A política posterior ao 13 de Dezembro é; por conseguinte, uma mistura de reformismo — sobretudo no plano económico —, de representação de um Estado de direito autoritário que permitisse, por um lado, constitucionalizar a repressão e, por outro, eliminar a arbitrariedade e a corrupção, esses produtos secundários da tirania, que contribuíram decisivamente para a revolta moral dos trabalhadores polacos em Agosto de 1988.

É preciso reconhecer que, atendendo às dimensões do movimento do Solidariedade e à sua dinâmica dos anos 1980-81, a repressão foi limitada, como limitadas foram também as reformas institucionais, sobretudo económicas, realmente empreendidas. As causas são numerosas, e aqui podemos apenas sinalizá-las.

A profundidade dos desequilíbrios, resultado do colapso da economia nos anos anteriores, impelia mais para soluções administrativas e não de

mercado, para a aplicação de métodos de controle económico conhecidos pela classe dirigente. As dimensões dramáticas do endividamento e as sanções ocidentais aplicadas após o 13 de Dezembro obrigaram a uma limitação drástica das importações, dos abastecimentos e do investimento, para já não falar dos bens de consumo. O resultado foi um agravamento da crise económica. Nessas condições, a introdução das reformas de mercado seria mais do que problemática. As mudanças noutros campos foram olhadas com grande desconfiança por Moscovo, que por vezes manifestava o seu descontentamento relativamente a medidas inconformistas<sup>5</sup>. Certamente, um factor importante que teve influência no abandono pelas autoridades das aspirações reformadoras, foi a pressão da sua própria base social. Todos os estudos sociológicos demonstravam que o governo da lei marcial teve apoio dos grupos mais conservadores da sociedade; além da *nomenklatura*, o governo podia, até certo ponto, contar com as pessoas idosas e com os operários não qualificados, ou seja, com os grupos que receiam quaisquer mudanças e a insegurança, que sobrepõem a manutenção da tranquilidade e a segurança, que o paternalismo de Estado parecia garantir, à incerta aventura da mudança e das reformas, inevitavelmente ligadas a tensões e conflitos. Os grupos abertos à mudança e nela mais interessados — jovens, operários qualificados, intelectuais — mantiveram-se mais fortemente ligados ao Solidariedade, à oposição, ou seja, mais hostis do governo e à lei marcial<sup>6</sup>. Assim, à problemática vontade de mudança que se manifestava no «topo», correspondia uma resistência decidida por parte dos grupos da sociedade com os quais o governo, por razões políticas, mais podia contar.

Esta política sofreu uma derrota inequívoca, que hoje nem o governo nega. Para ter consciência da profundidade desta derrota e, ao mesmo tempo, do dramatismo da situação da Polónia, basta uma comparação. Depois da II Guerra Mundial, a Polónia, que era um dos países europeus mais destruídos, conseguiu após alguns anos recuperar o nível de produção que tivera antes da guerra e atingir o seu anterior nível de vida. Hoje, em condições de paz, sem cataclismos naturais, a Polónia continua a não ser capaz de alcançar o nível de vida nem o nível de produção de há dez anos!<sup>7</sup> A sua economia não é capaz de funcionar normalmente, nem tão-pouco de se desenvolver. O colapso do sistema económico construído segundo o padrão da burocracia resulta sobretudo na sua ineficácia em condições mais complexas, com organizações económicas mais desenvolvidas. A acelerada modernização técnica dos anos setenta, financiada com os empréstimos contraídos no Ocidente, aumentou a desorganização e a decomposição. Este sistema foi incapaz de assimilar a tecnologia moderna, importada maciçamente, nem pôde tão-pouco garantir o pagamento das dívidas; as dívidas actuais para com o Ocidente atingem o nível de 40 mil milhões de dólares. Outra causa determinante da degradação da economia são as limitações acumuladas, impostas à arbitrariedade do governo pelas revoltas periódicas das

massas. E longa a história das revoltas operárias: 1956, 1970-71, 1976, 1980<sup>8</sup>.

Durante 7 anos — de 1982 a 1988 — a Polónia viveu numa espécie de estado de congelação. Ficaram congelados os conflitos, a desorganização da economia, o sistema governativo. Nenhum problema importante foi resolvido. Congelada ficou também a revolta popular, e todavia não foram destruídas as suas raízes, nem foram liquidados os seus mentores e os seus dirigentes. E como a congelação não foi completa, continuou o processo de decomposição. Esta decomposição atingia sobretudo o poder, cada vez menos capaz de qualquer actuação positiva, mas também, até certo ponto, a sociedade. Os especialistas alertavam para os sintomas de anomia social, vários mecanismos de fuga da realidade causadora de stress: apontavam o aumento dramático do alcoolismo, o recurso à emigração exterior — para o Ocidente, com o objectivo de viver normalmente —, as emigrações «internas» — para fugir espiritualmente do mundo oficial da corrupção — a redução, nos últimos anos, da duração média de vida, tanto das mulheres, como dos homens.

Ao processo de decomposição não escapou também a oposição<sup>9</sup>. A repressão e a falta de perspectiva de mudança levaram da praça pública à apatia milhões de pessoas que se manifestavam a favor do Solidariedade, que nele tinham encontrado o objectivo da acção, o modo de existir, que através dele e graças a ele tinham recuperado o sentido de dignidade nacional, cívica e profissional. O esmorecer das esperanças, a repressão e o tormento da vida quotidiana (só em 1982 os preços subiram 100%, o nível de vida baixou drasticamente, muitas fábricas foram militarizadas e imposta uma disciplina escravizante) conduziam à desmobilização e à despolarização da maioria, a partir de então, «silenciosa». A minoria, activa como nunca antes, numerosa e decidida como em nenhum outro país comunista, funcionava sobretudo em torno do Solidariedade clandestino. A sua estratégia baseava-se numa difícil coexistência de duas linguagens: de um lado a linguagem da auto-organização social, a reconstrução da «sociedade dos cidadãos» — lema de todos os movimentos de oposição na Europa de Leste — em difíceis condições de clandestinidade e de repressão; de outro lado — na renovação constante da proposta, dirigida aos governantes, de iniciar negociações visando a realização de mudanças no regime, indispensáveis para conciliar as aspirações sociais com as limitações do sistema e para reconstruir economicamente o país.

Não faltaram, porém, grupos e círculos de oposição, que consideravam o Solidariedade como uma coisa do passado e apostavam numa outra estratégia de mudança do regime. Muitos depositavam as suas esperanças sobretudo na Igreja e na possibilidade de reconstruir, sob a sua protecção, uma vida independente, incluindo sindicatos cristãos e um partido democrata-cristão. Estas conjecturas encontraram apoio numa parte do Episcopado, sobretudo no primaz Glemp, que

nitidamente considerava encerrado o período do Solidariedade, com o qual não terá simpatizado particularmente<sup>10</sup>, e julgava natural o regresso da Igreja ao seu papel tradicional, nas épocas da perda de independência, como único representante dos interesses da nação. E preciso, no entanto; ver também a tendência oposta da Igreja polaca, decididamente apoiada pelo Papa — facto particularmente evidente durante a sua última peregrinação à Polónia, em 1987, quando com determinação, em palavras apenas ligeiramente veladas, exprimiu o seu apoio ao Solidariedade e advertiu a Igreja contra a procura de um entendimento com as autoridades, que em troca sacrificasse o movimento independente da sociedade.

Outros grupos de oposição escolhiam uma política radical, que nas condições polacas, se limitava ao radicalismo verbal, a um postulado de «liberdade e independência da União Soviética». Outros ainda procuravam postos em organismos oficiais, julgando que os comunistas teriam que criar lugar para a oposição e procurar um entendimento com a sociedade a fim de evitar uma revolta de massas. Podemos finalmente referir, neste apontamento superficial, a corrente liberal, bastante forte nos meios intelectuais. Os liberais apostavam não na luta política, mas no alargamento da esfera de independência económica, vendo aqui a possibilidade de encontrar um *modus vivendi* com as autoridades que procuravam a saída da crise.

A riqueza da vida intelectual, social, cultural e política da oposição não podia, porém, esconder o facto de que grupos sociais cada vez mais vastos se refugiavam na privacidade; nas sondagens, eram cada vez mais frequentes as respostas não só contra o mundo oficial — o governo não ganhava popularidade —, mas também contra a estabilização do regime. Na opinião de muitos observadores, a diminuição da influência tanto do campo governamental, como da oposição, não diminuía o perigo de explosão social; aumentava somente a probabilidade de que esta explosão, se acontecesse, viesse a ter um carácter completamente incontrolado e destrutivo nas suas consequências. O receio de precisamente este cenário induziu as elites de ambas as partes a procurar um entendimento. Também nesse sentido se exercia a pressão da Igreja.

A percepção de que a crise se agravava cada vez mais, levou as autoridades a procurar mudanças mais radicais. A partir de 1986 e, sobretudo, na Primavera de 1988, impõem uma concepção coerente da mudança. Resumidamente, podem ser apresentadas da seguinte maneira. Não foi bem sucedida a estratégia de modernização conservadora e autoritária, apoiada num forte poder que bloqueava todas as possibilidades de articulação dos interesses por parte dos grupos sociais independentes. Igualmente mal sucedida foi a política de procura de um compromisso histórico com a Igreja, como porta-voz das aspirações dos polacos, para evitar o reconhecimento das estruturas independentes que exprimiam os interesses da sociedade. A política de

repressão limitada, ligada com o declínio económico, aumentou o perigo de mais uma explosão. Para contrabalançar o movimento destrutivo das massas, era preciso integrar no sistema — mesmo fazendo largas concessões — as mais dinâmicas elites político-intelectuais, que pensam racionalmente em função dos interesses do país e tem em conta as limitações «geo-políticas». A informação, os meios de comunicação de massas foram liberalizados; criaram-se condições para o funcionamento de um autêntico pluralismo na vida social; permitiu-se a criação de associações e clubes independentes, incluindo os de carácter político. As elites da oposição propõe-se a participação em eleições parcialmente livres e uma considerável presença no Parlamento (durante conversações discretamente mantidas com os representantes da oposição, as autoridades, logo na Primavera de 1988, propuseram 40% dos lugares da Câmara Baixa e 60% no Senado). Finalmente, anuncia-se uma profunda liberalização da economia. O objectivo desta estratégia é bastante claro: novas elites independentes haviam de contribuir para a dinamização do sistema, os seus privilégios relativos nas novas condições haviam de as isolar dos meios operários e, desta forma, impediriam a reconstrução do Solidariedade.

As greves de Abril-Maio e de Agosto de 1988, e o aumento da inflação, cada vez mais incontrolada — prova da fraqueza dos núcleos governamentais e da pressão social — retiraram às autoridades quaisquer ilusões relativas a esse cenário. Aliás, a grande-maioria dos meios intelectuais e dos dirigentes da oposição mantiveram-se, até ao fim, fiéis ao movimento e às aspirações das massas. Depois das greves de Agosto de 1988, a oposição, unanimemente e independentemente das divisões anteriores, impôs a legalização do Solidariedade como condição prévia de qualquer entendimento com as autoridades. (Assim foi até no caso da corrente liberal da oposição, que nos anos da lei marcial criticava, cada vez mais violentamente, o Solidariedade como organização por natureza conservadora, visto que representava uma classe social interessada — na sua opinião — na manutenção da economia de tipo soviético, que estava na origem da sua existência).

O colapso económico de 1988, a forte pressão inflacionária, atingindo 80-100% (em 1989 podemos esperar a sua duplicação), a sensação de que o país estava novamente à beira duma explosão — tudo isto contribuiu para a decisão da equipa de Jaruzelski no sentido de acelerar e radicalizar as mudanças, apesar da forte resistência do aparelho do poder (no décimo plenário do Comité Central do POUP, em Janeiro de 1989, Jaruzelski e os seus colaboradores mais próximos, o Primeiro-Ministro Rakowski, os Ministros do Interior e da Defesa — generais Kiszczak e Siwicki —, bem como alguns membros da direcção, ameaçaram demitir-se para forçar a aceitação da sua política). As autoridades tomaram a iniciativa de iniciar as negociações da «mesa redonda» e, seguidamente, de realizar eleições para o Parlamento, em Junho de 1989.

Nos acordos da «mesa redonda» estão bem sublinhadas as diferenças de posição das duas partes negociadoras. A oposição defende a construção da democracia «de baixo para cima», a partir das bases, acentuando a autonomia dos tribunais, a independência dos meios de comunicação, a criação de uma autêntica autonomia territorial, «... ao passo que as mudanças relativas ao poder central do Estado poderiam ser introduzidas mais tarde». Enquanto que o governo considera que «são de carácter urgente as decisões relativas aos órgãos supremos do Estado, e somente o novo Parlamento deverá trazer as alterações em outras áreas da vida pública»<sup>11</sup>. As intenções de ambas as partes são claras. A oposição receia as consequências da integração no sistema institucional, fundamentalmente inalterado, e prefere construir a infra-estrutura da democracia através da criação de uma rede de instituições intermédias, independentes, da sociedade civil. As autoridades, pelo contrário, tentam impor negociações e um pacto entre as élites, procurando limitar a mobilização social, que consideram perigosa. Na realidade, foi adoptada uma solução de compromisso. As autoridades concordam com a legalização do Solidariedade dos operários, do Solidariedade "dos camponeses, da Associação Estudantil Independente (NZS), e fazem várias outras cedências (liberdade de associação, considerável aumento da liberdade de expressão, um acesso limitado à televisão mas assegurando em contrapartida o direito à imprensa própria e a independência parcial dos tribunais). Porém, no entanto, uma condição sintomática, que na perspectiva de hoje, passados apenas escassos meses, parece incompreensível: o governo exige que a oposição concorde em participar nas limitadas eleições livres, e que estas eleições se realizem quase imediatamente — seis semanas depois da assinatura dos acordos da «mesa redonda». Respondendo a uma pergunta sobre as razões desta pressa, feita por um jornalista, Jerzy Urban, o porta-voz do governo, com o seu cinismo inato, declarou que o governo tem pressa de «consumar este recém-celebrado concubinato». Na verdade, trata-se de impossibilitar à oposição, sem experiência e sem a indispensável organização, a realização de uma forte e consistente campanha eleitoral. Tratava-se também de, o mais depressa possível, corresponsabilizar a oposição pelo país, cada vez mais atolado na inflação e na paralisia. A prova da relutância — hoje já difícil de compreender — com que a oposição aceitou as condições do compromisso é a afirmação, vigorosa e característica, de Walesa, ao defender perante os seus colegas do Solidariedade a política adoptada: «para que as batatas cresçam, é preciso metê-las na merda»<sup>12</sup>.

A «mesa redonda» foi um acontecimento extraordinário e sem precedentes. Pela primeira vez, por escrito, as autoridades comunistas reconheceram que não tinham legitimidade democrática e que a legitimidade obtida nas urnas eleitorais era a única aceitável para o povo da Polónia. Reconheceram que esse acordo escrito era «o único caminho para a democracia parlamentar» e que «as partes farão tudo

para que a constituição do Parlamento seguinte seja completamente determinada pela vontade dos eleitores<sup>13</sup>» .

### **As eleições e os dilemas do presente**

Às vezes, tem-se a sensação de que, passados muitos anos, se regressou exactamente ao ponto de partida, ao mesmo jogo que foi interrompido há oito anos. À volta da «mesa redonda» vemos algumas pessoas que já participaram nas negociações em Agosto de 1980: Walesa, Geremek, Mazowiecki, Wielowieyski. Como então, nas primeiras páginas dos jornais e na televisão podemos ver os nomes de Kuron e Michnik. Do outro lado continuam Jaruzelski, Kiszczak, Rakowski. O extraordinário êxito eleitoral de Junho de 1989 provoca a impressão de que, novamente, como nos anos 1980-81, se trata de um movimento de âmbito nacional, que reúne em si, numa síntese complexa, aspirações políticas e nacionais, laborais e morais. As cidades estão novamente cobertas de cartazes com a característica inscrição «Solidariedade» e as pessoas usam os mesmos emblemas. Os elementos de continuidade são inegáveis e, no entanto, para compreender os dilemas actuais e as perspectivas da Polónia, é igualmente importante notar as diferenças da situação, bem como as mudanças no carácter do movimento do Solidariedade. Apesar das aparências, os anos 1982-83 não foram um período de hibernação, mas sim de mutação avançada das duas partes do conflito polaco, de mudanças na situação polaca e internacional.

As greves de Agosto de 1980 foram um grande acontecimento , o mito em que se baseou o primeiro Solidariedade. Cenas mais fortemente gravadas na memória: o portão do porto de Gdansk adornado com flores; milhares de operários escutando, numa grande tensão, as negociações; a sua determinação, a participação na missa como se da sua última missa se tratasse. Ficou na memória o momento da assinatura do acordo entre Walesa e um, hoje já esquecido, Vice-Primeiro-Ministro. Walesa, Gwiazda, Walentynowicz, Lis Borusiewicz, eram os heróis do povo, salvadores da pátria e foi esta a atitude da sociedade para com eles. O herói colectivo era o Solidariedade, o movimento de todas as boas aspirações dos Polacos: nacionais, democráticas, sociais, culturais, religiosas. O Solidariedade era o outro nome da Polónia, mas uma Polónia de que era possível eliminar os *aparatchik* (não necessariamente membros do partido — um milhão deles pertencia ao Solidariedade), os Russos e todo o mal. Evidentemente, a fé, ou a sua intensidade, ia fraquejando à medida que aumentava o cansaço, a apatia e o medo, até ao 13 de Dezembro e à relativamente fraca resistência das pessoas, já sem grandes esperanças.

Quais dos momentos do movimento, que agora retomou a sua marcha nos anos 1988-89, entrarão na memória da nação, farão parte do álbum de fotografias de família? E pouco provável que as greves de 1988 ganhem um valor simbólico. Não tiveram nem as dimensões, nem o dramatismo,



nem a aura romântica de Agosto de 1980. Certamente, ficará na memória uma imagem e uma data. Imagem: as saudações mútuas, à vista de milhões de Polacos e de dezenas de milhões de estrangeiros, dos participantes da «mesa redonda»; aqueles apertos de mão, causando um arrepio de excitação, entre o Ministro da polícia Czeslaw Kiszczak, que dirigiu as negociações pelo lado oficial, e Bujak, Kuron e Michnik até pouco tempo antes presos à sua guarda. Ficaré a imagem dos presos e dos seus carcereiros sentados à mesma mesa, junto ao mesmo microfone, com o valioso interior do palácio como pano de fundo. Também ficará na memória um facto: aquelas eleições, impostas pelo poder e que se tomaram um invulgar triunfo da oposição.

Comparemos estas duas imagens. Em 1980 tratava-se de um sindicato, mesmo que todos tivessem a consciência de que esse sindicato tomava a seu cargo a libertação nacional e política do país. Os heróis eram os operários. Pela primeira vez na história da Polónia, e talvez até do mundo, os trabalhadores realmente, e não apenas formalmente, constituíam a elite dirigente da nação. Foram os trabalhadores quem negociava não só os seus próprios problemas, não só o sindicato, os salários, mas também a limitação da censura, da *nomenklatura*, o acesso da Igreja à televisão, a libertação dos presos políticos. Os intelectuais estavam presentes no fundo, exclusivamente como conselheiros. As negociações decorriam com o pano levantado, a Polónia inteira, através dos seus representantes, ouvia os argumentos, as razões; com esperança, sustendo a respiração, seguia todos os movimentos das partes envolvidas. O herói era o povo, porque Walesa, que ninguém conhecia, muito plebeu no seu anonimato, personalizava perfeitamente o povo, a sua origem maioritariamente camponesa, o seu catolicismo fervoroso, a sua desconfiança.

A Polónia independente, a «Sociedade dos cidadãos», que estava a renascer tomando a forma de um sindicato, formava-se a partir das bases, envolvendo, um processo de «bola de neve» e em pouco tempo, 10 milhões de pessoas, e juntamente com os membros do Solidariedade rural, mais de 12 milhões numa população de 36 milhões!

No ano de 1989, a situação é completamente diferente. O momento do início de negociações da «mesa redonda» foi precedido, durante alguns meses, por conversações, mais ou menos secretas, entre os emissários de ambas as partes. As greves e a sensação de que o momento da legalização do sindicato estava a aproximar-se provocaram, em muitos sítios, a reconstrução do Solidariedade. Continuava presente o medo da lei marcial, faltava a fé, a esperança ingénua do ano de 1980.

A delegação da parte da oposição/Solidariedade, segundo a designação oficial, para as conversações da «mesa redonda», é dominada por completo pelos intelectuais e pelos peritos. Walesa continua como o inquestionado — e mais do que nunca longe do anonimato do passado — rei, dirigente, autoridade da oposição. Mas quem negocia são os intelectuais como Geremek, Mazowiecki, Michnik, Kuron, Stelmachowski, Wielowieyski, rodeados por um grupo considerável de especialistas em

economia, legislação, meios de comunicação, ecologia, agricultura, mineração. A Polónia é inundada pelas informações sobre as negociações que estão a decorrer. A televisão está cheia de entrevistas, discussões, relatos dos debates. Mas as decisões realmente importantes são tomadas noutra local, na «Magdalenka», uma vivenda pertencente ao governo, nos arredores de Varsóvia. Os debates ainda mais confidenciais têm lugar entre Walesa e Kiszczak, cara a cara, só entre os dois.

A política revolucionária disfarçada de sindicato, a política de revolta de massas de 1980, foi substituída pela política tradicional dos gabinetes, dos segredos e dos cocktails. O momento mais importante da nova fase do Solidariedade tornou-se o acto político das eleições e não a criação ou organização dos sindicatos. O centro das atenções ficou imediatamente ocupado pelas questões de Estado, empurrando para um plano mais afastado os problemas do sindicato, das organizações formadas pelas bases. O modelo de participação passou a ser o acto da votação. Essa alteração da colocação dos acentos é, sobretudo, o resultado da cronologia dos acontecimentos imposta pelas autoridades, da necessidade de preparar rapidamente as eleições. Até certo ponto, resulta também dos receios da elite do Solidariedade de que a introdução de quaisquer mecanismos democráticos, a possibilidade de expressão dada a várias tendências, incluindo as radicais, nesta etapa particularmente delicada da mudança, podia abalar o muito frágil entendimento com as autoridades. Por isso, não deixa que se reúnem os restos dos órgãos centrais do sindicato nomeados no congresso do Outono de 1981 (uma grande parte emigrou, outros afastaram-se das actividades oposicionistas), nem tão--pouco forma uma lista de candidatos a deputados e senadores através de consenso com outras organizações da oposição (o que provoca protestos e a demissão de conhecidos activistas da oposição, como Tadeusz Mazowiecki e Aleksander Hall). Nos dois casos foi imposto o modelo da organização a partir do topo, através das cooptações. Desta maneira, as elites dirigentes da oposição defendiam-se do papel desestabilizador das pressões vindas de baixo. Walesa, preparando-se já para as negociações, convocou, em Dezembro de 1988, o Comité Cívico, constituído por um grupo de intelectuais e activistas da oposição convidados por si; mais tarde, ele e os seus colaboradores mais próximos impuseram as regras da selecção dos candidatos a deputados à escala nacional. Obviamente, esse processo não foi controlado até ao fim. Houve muitas negociações a nível local, foi necessário ceder sob a pressão de bispos locais ou de grupos de pressão organizados pertencentes à oposição. De qualquer maneira foi um processo que espantou pela sua eficácia, sobretudo se considerarmos que era necessário, em apenas duas semanas, convocar em todo o país os Comités Cívicos adequados, seleccionar os candidatos e começar a campanha eleitoral, criar uma imprensa sindical independente — incluindo um diário com uma tiragem de meio milhão de exemplares, a

*Gazeta Wyborcza* — e tudo isso sem preparação, sem meios, sem quadros experientes.

Ao sublinhar o contraste entre Agosto de 1980 e a Primavera de 1989, não me motivou a nostalgia, mas a vontade de fazer uma crítica do «reformismo de cima para baixo» de hoje, contrapondo-lhe a espontaneidade, a imprevisibilidade, o sentimento de compartilhar a «revolução autolimitada» de ontem. Temos aqui, simplesmente, dois modelos de mudança, que Walesa descreveu à sua maneira: « ... a maioria das pessoas apreende o mundo através de imagens que são queridas ao coração, conhecidas, por isso sentem agora a falta das bandeiras, dos cartazes, do portão enfeitado, das multidões a rezar; faltam-lhes todas estas emoções fortes. Mas isto é um pouco como a juventude de que temos saudades a vida inteira, mas que passa irremediavelmente e temos que nos conformar com isso. Enquanto que as negociações, as longas disputas em salas fechadas, são mais como a maturidade: árduas, pouco brilhantes, às vezes entediadas, mas, na maioria dos casos, muito mais eficazes»<sup>14</sup>.

Dediquei tanto espaço à especificidade do período actual, porque tal é importante para a compreensão dos problemas que se apresentam agora às duas partes do drama polaco. O seu objectivo comum declarado, a sua plataforma de entendimento, é, por um lado, tirar gradualmente a Polónia do sistema totalitário e, por outro lado, fazer sair a economia polaca da profunda crise em que se encontra. O primeiro objectivo ficou definido com bastante precisão: dentro de quatro anos deverão realizar--se eleições totalmente livres e a Polónia deverá passar a pertencer ao clube dos países democráticos. Pode-se supor — hipótese avançada por Jacek Kuron — que até essa altura se concretizará uma alteração essencial na paisagem política tanto do lado oficial, como nas fileiras da oposição.

Dentro do grupo oficial, o *Zkędnoczone Stronnictwo Ludowe* (ZSL, partido camponês) e o *Stronnictwo Demokratyczne* (SD, partido democrático), até aí dependentes do Partido Operário Unificado Polaco (POUP, partido comunista) procuram agora para si um novo lugar, uma nova identidade. Tornaram o seu apoio ao POUP cada vez mais condicionado, modificando as regras do seu funcionamento e os seus objectivos. Já no momento da eleição de Jaruzelski para presidente, o voto dos deputados destes dois partidos foi muito incerto. O ZSL procura uma aproximação com o Solidariedade dos camponeses, e tenta reatar as tradições do *Polskie Stronnictwo Ludowe* (partido camponês) do pós-guerra, ilegalizado na altura da stalinização do país. Também o próprio POUP encara profundas mudanças. Muitos dirigentes e ideólogos da sua ala reformista falam cada vez mais abertamente na necessidade de seguir uma via social-democrata, de reatar com a tradição socialista polaca. Fala-se de radicais mudanças de organização e da alteração do nome do partido afim de «começar de novo». A «desbolchevização» do partido está na ordem do dia. Por outro lado, não é difícil encontrar no

partido forças mais conservadoras que podem tentar criar um partido «verdadeiramente» comunista. Surge aqui, em primeiro plano, o dirigente dos sindicatos oficiais, Alfred Miodowicz. É preciso dizer, no entanto, que dada a atmosfera geral da Polónia e em virtude da situação na URSS, os «reformistas» presentemente têm seguramente hipóteses maiores. Os resultados das eleições indicam, porém, que o POUP, partido de massas, pode muito rapidamente tomar-se num partido de quadros - não por opção, mas sim por necessidade — se é que conseguirá manter-se à superfície.

Podemos também esperar mudanças significativas no campo da oposição. A organização hierárquica, «de cima para baixo», dos órgãos do Solidariedade e das estruturas políticas da oposição sob a forma de comités cívicos, conduziu a um processo duplo. Por um lado, colocou fora do *establishment* oposicionista consideráveis partes da oposição que não aceitaram a linha de Walesa. Fora da direcção do Solidariedade ficou, entre outros, um grupo de eminentes activistas operários dos anos 1980-81 (Gwiazda, Jurczyk, Slowik, Rulewski, Kropidowski, Palka) . Por outro lado, a necessidade de eficácia na acção e a autoridade de Walesa faziam com que se «remendassem» as divergências no seio da oposição por ele dirigida. A inevitável reconstrução da democracia interna do sindicato (o congresso do Solidariedade, após as eleições democráticas nos níveis inferiores, deverá realizar-se em Janeiro de 1990) vai permitir a manifestação de tendências diferentes. Podemos supor que, em consequência das eleições, surgirá uma forte oposição anti-Walesa dentro do sindicato. E previsível que esse grupo aproveite as inevitáveis tensões existentes entre as perspectivas «política» e «sindical» da oposição que, de qualquer maneira, os seus dirigentes têm que conciliar.

Uma parte da Igreja visa nitidamente uma diferenciação da oposição, através do aparecimento do grupo democrata-cristão: tanto ao nível do partido político, como ao nível dos sindicatos<sup>15</sup>. Surgiram já vários grupos e clubes com aspirações de formar um *partido democrata-cristão* e um *partido nacionalista*. Podemos supor que se verificará uma espécie de síntese destas duas tradições da política polaca.

Os adversários das principais figuras do «Solidariedade» actual acusam--nas da intenção de construir, com base no sindicato e nos comités cívicos, um partido social-democrata<sup>16</sup>.

Sublinhámos já por várias vezes a importância fundamental de se ultrapassar a presente crise económica. A crise tem dimensão nacional: um enorme endividamento que atinge 40 mil milhões de dólares para com o Ocidente e mais de 6 mil milhões de dólares para com a União Soviética. A economia polaca não é capaz de garantir sequer o pagamento de uma parte dos juros. A consequência mais dramática para a Polónia é a impossibilidade de comprar nos mercados ocidentais as indispensáveis matérias-primas, máquinas e tecnologias de ponta. Esta crise externa tem a sua principal origem no ineficaz sistema do tipo

soviético. Este sistema ficou parcialmente desmantelado em consequência das actividades do Solidariedade e, depois, das reformas de Jaruzelski. Mas a integração burocrática não foi substituída pelo mercado, mas sim pela crescente fragmentação da economia, pelo caos organizativo e uma extrema ineficácia.

Há um profundo consenso que reconhece que, para tirar a Polónia da crise, são necessárias transformações drásticas. Concepções diferentes enfatizam de maneira distinta as dimensões de reprivatização, o papel de empresas auto-gestionárias, a necessidade da função protectora do Estado ... É convicção geral que o preço a pagar pela sociedade por estas mudanças — medido pelo provável desemprego, o tempo de duração e a profundidade de inflação, a diferenciação drástica dos salários — será muito elevado.

O acordo entre o poder e a oposição pressupunha — do lado do poder — grandes concessões imediatas e eleições livres a realizar dentro de quatro anos. Quanto à oposição, os compromissos não escritos abrangem: ajuda na obtenção pela Polónia do auxílio ocidental — com o qual não poderiam contar as autoridades só comunistas, realizando uma política de repressão, e o apoio necessário para a aceitação pelo povo dos inevitáveis custos dos sacrifícios relacionados com a mutação económica. Por outras palavras: a partilha das responsabilidades e a participação na «gestão de conflitos».

Ultrapassar a crise económica tem uma importância fundamental não só para a situação material da sociedade, uma parte considerável da qual foi empurrada para a miséria. Tem também uma importância essencialmente política, porque existe a consciência de que a profundidade da crise económica abriu uma hipótese democrática para a Polónia (como para a Hungria e em certo grau para a URSS), mas também de que a crise económica, se não for solucionada, pode enterrar esta hipótese. O fiasco da modernização autoritária, advogada por Jaruzelski após o 13 de Dezembro de 1981, não significa que o autoritarismo não pode ser conciliado com o dinamismo económico. O Sudoeste Asiático, e vários países da América Latina demonstram que pode não ser assim, pelo menos em determinada etapa do desenvolvimento. No entanto, nas condições de uma economia de tipo soviético e da política monopolista, dominada pelo partido comunista, do sistema ramificado da *nomenklatura* — nomeações exclusivamente políticas — não há qualquer hipótese de vida económica independente, para a qual o autoritarismo tradicional cria frequentemente condições. As condições polidemocráticas da Polónia de hoje criarão melhores hipóteses para a modernização económica do país? É difícil ter a certeza. A legalização da oposição cria sem dúvida melhores condições para a destruição do sistema de *nomenklatura*, ou seja, para o preenchimento das posições socialmente importantes em função das competências e não da lealdade política. Presentemente, porém, o equilíbrio institucional, muito precário, está longe de criar a situação em que seja possível uma

transformação da economia. As dificuldades manifestaram-se na sua plenitude já durante as negociações da «mesa redonda». A parte do acordo dedicada à economia — de acordo com a avaliação unânime dos especialistas das duas partes — levou a um documento intrinsecamente contraditório, concentrado sobretudo na defesa dos trabalhadores, incapaz de traçar perspectivas para o novo sistema económico que a Polónia deveria procurar construir. Isto é, em grande parte, o resultado de um posicionamento muito complexo da oposição na sociedade (e que, em certa medida, também se aplica ao partido comunista). A oposição, por um lado, apresenta-se como uma força reformadora, consciente e capaz de realizar mudanças na economia. Não há dúvida de que as élites dirigentes e intelectuais da oposição dão prioridade a este problema. Por outro lado, porém, como defensora das massas populares, como Solidariedade, a oposição tem que insistir na garantia dos interesses ameaçados dos trabalhadores. E é neste sentido que se exerce a pressão das massas depauperadas. Quando estalam greves, o Solidariedade não pode tomar o partido do «empresário estatal» contra a sua própria base social. Como resultado, a oposição manifesta-se decididamente a favor da reestruturação da economia, mas, ao mesmo tempo, está igualmente decidida a rejeitar a perspectiva do desemprego sem a garantia das compensações financeiras e dos postos de trabalho. O que, nas condições polacas, parece uma proposta utópica.

Podemos reear que, com o contínuo agravamento da conjuntura, com o aumento de pressão das massas visando uma subida do nível de vida, o Solidariedade será empurrado cada vez mais para posições reivindicativas. Isto resulta não só da dramática situação material, mas também das condições políticas do país. É difícil para a oposição indentificar-se com a política de modernização — mesmo supondo que a considera racional — se esta for realizada por um partido comunista impopular, desprovido de qualquer autoridade, mas que continua a deter o controle do país. Voltemos às eleições de Junho de 1989. Sublinhei no início a dimensão do sucesso eleitoral da oposição: falta mostrar o lado oposto. Contra todas as previsões, que estimavam a participação eleitoral em aproximadamente 85<sup>17</sup>, a participação real situou-se ao nível de 62%. Num qualquer país democrático, este não seria um resultado inquietante; na Polónia, pelo contrário, é um grave problema. Para perceber o carácter do problema, vale a pena recordar as eleições para o parlamento em 1985. Aquelas eleições em nada lembravam as de 1989 — não havia representantes da oposição real nem possibilidade de escolha. O Solidariedade apelava ao boicote. A participação, segundo a avaliação da oposição, que considerou os resultados como um sucesso, situou-se ao mesmo nível que a participação nas eleições de 1989. Foi semelhante também o caso do referendo anunciado pelas autoridades em 1987. Embora a oposição não apelasse ao boicote, a participação espontânea situou-se ao mesmo nível das últimas eleições. A conclusão final que nos ocorre é que a capacidade da oposição mobilizar o

eleitorado é muito limitada. Os que participaram nas eleições de Junho de 1989, votaram sobretudo *contra* o poder, e não necessariamente *a favor* da oposição. O voto foi uma manifestação de protesto, de recusa, um voto de desconfiança para os oito anos de governo de Jaruzelski e os quarenta e cinco anos de dominação comunista; e, em menor grau, um resultado da confiança e da esperança depositadas na oposição. Isto, em certo sentido, é compreensível. E, sobretudo, o resultado da situação económica e da convicção de que a oposição não tem um programa melhor do que o governo, que não há, a curto prazo, uma saída da crise. Aliás, devido ao precário equilíbrio político, o Solidariedade tentava como podia atenuar os antagonismos entre si e o grupo governante. Predominavam os lemas apolíticos: «vota na equipa de Walesa», «vota em nós».

Os dados sobre a participação eleitoral podem ser tratados como um indicador de «amplitude» do apoio, da capacidade de mobilização. Mas como se põe a questão da «intensidade» do apoio — a disponibilidade, do lado da oposição, de se envolver, de uma maneira que exige maiores sacrifícios, talvez maior risco, maior empenho financeiro, emocional, mais tempo? Consideremos o indicador da filiação no Solidariedade. Lembrem-se que, em 1981, o Solidariedade tinha cerca de 10 milhões de membros. No início de 1989, a disposição de se filiar no Solidariedade era declarada por 5 a 8 milhões de pessoas, conforme as estimativas. Ora, em Julho, passados alguns meses de relativa segurança da existência — primeiro aberta, depois legal — do sindicato, a sua dimensão não ultrapassa um milhão e meio de membros. Quais são as causas deste fenómeno? São, ao que parece, várias. Primeiro — o medo. Apesar das aparências, a memória da lei marcial continua a ser uma experiência traumatizante. Segundo — perante a depauperização e o estado em que se encontra a economia, não há muita fé em que o sindicato seja capaz de defender os seus membros das consequências da crise; todos estão conscientes de que o sindicato não pode prometer aquilo que os sindicatos habitualmente prometem aos trabalhadores. Não há perspectivas de aumento dos salários, não há hipóteses de segurança de emprego. Mais — o solidariedade dos anos 1980-81, foi uma organização total, no sentido de que assumia todas as aspirações dos polacos: sindicais, políticas, nacionais. Ora, estas eleições, a criação de Comitês Cívicos, o esboço de partidos a surgir, alivia o Solidariedade, mas, ao mesmo tempo, torna-o menos atractivo. O resultado é que, durante as eleições, em cada dez pessoas quatro ficaram em casa, e somente uma pequena parte se envolve activamente na mais popular e conhecida estrutura da oposição. Outra consequência visível é o enfraquecimento da ligação entre os trabalhadores e os intelectuais. O Solidariedade é muito mais operário do que em 1980-81, e a adesão dos intelectuais é menos pronta do que há nove anos; mais facilmente reforçam as fileiras das organizações políticas e para-políticas, começando pelos Comitês Cívicos até aos mais variados clubes, associações e partidos. Destas

considerações pode tirar-se a conclusão de que a oposição tem na sociedade um apoio muito vasto, mas passivo, o que lhe confere muito poucas possibilidades de mobilizar as massas e controlar os comportamentos colectivos em situação de crise. Com isto está igualmente relacionada a dificuldade de fazer a oposição empenhar-se em objectivos concretos, a longo prazo, ligados com a transformação da economia. Porque o assumir da responsabilidade pela penosa operação de reconstrução económica tem que inevitavelmente originar tensões e o perigo de explosão social. É muito provável que não só o poder, mas também a oposição, não se revelem capazes de fazer frente a este perigo. Nos anos 1980-81 existiu claramente uma fé na «salvação» colectiva, numa solução global dos problemas polacos. Essa fé era, certamente, ingénua; o optimismo dos primeiros meses da «revolução pacífica, visto na perspectiva de hoje, era infundado, mas existiu e constituiu a origem da enorme força do sindicato. Presentemente, ao que parece, o optimismo é pouco, a fé diminuta, pequena a disposição para o sacrifício, tanto mais que a dramática situação material torna este sacrifício extremamente difícil.

Já referi que, em 1988, as autoridades optaram por uma reconstrução democrática também porque viam no consenso social a única maneira de ultrapassar a crise. Agora o poder não só não saiu dos acordos fortalecido, como ficou enfraquecido. O resultado das eleições retirou-lhe qualquer legitimidade. Ao mesmo tempo, a capacidade da oposição de realizar reformas, de assumir a co-responsabilidade pelos sacrifícios impostos à sociedade, não é muito segura. Podemos recear uma paralisação do sistema, visto que por um lado vai continuar a sua decomposição juntamente com a emancipação política da sociedade, mas, por outro lado, isso vai bloquear as mudanças inevitáveis. Não será possível impor, através da força, o projecto das mudanças, mas vai faltar também o consenso social, cuja criação nada faz prever. Existe, assim, o perigo de existência de um processo duplo e muito instável: por um lado, as mudanças políticas democráticas, por outro, a degradação contínua da economia. Nesta situação, são possíveis vários cenários. Não se pode excluir uma radicalização política, a redução do período transitório para a democracia (partindo, obviamente, do princípio — hoje bastante provável, se o processo tiver um carácter controlado — de que Moscovo estará disposto a tolerar tal processo na Polónia), certamente com uma maior capacidade de mobilização das energias sociais no sentido de ultrapassar a crise económica. Mas não se pode excluir também a reacção aposta. O aprofundamento dos processos de degradação pode trabalhar a favor de uma nova forma de autoritarismo. Por isso, não se pode excluir o aparecimento de um ciclo político, parecido com o que conhecemos na América Latina. Uma coisa parece, no entanto, certa: na Polónia não há regresso ao sistema comunista. Esta caveira, na Polónia, nunca mais sorrirá.



## NOTAS

<sup>1</sup> Dados contidos na resposta do director do Centro, coronel Stanislaw Kwiatkowski, ao inquérito do periódico trimestral *Res publica*, n.º 11, 1988, pp. 6-11, sobre o tema da previsão do papel da oposição na Polónia em 1991.

<sup>2</sup> Jerzy Gluszynski, «Nowy Wizerunek», *Polityka*, 1 de Abril de 1989.

<sup>3</sup> Cf. *Tygodnik Powszechny*, 11 de Junho de 1989.

<sup>4</sup> Recentemente, o antigo secretário-geral do partido comunista (POUP), Stanislaw Kania, disse numa entrevista que «... existiam, na altura, nos influentes círculos de decisão soviéticos, tendências para a intervenção militar». Nesta matéria, dispomos de um testemunho pormenorizado e digno de crédito do coronel Ryszard Kuklinski, oficial do Estado Maior das forças armadas polacas até ao Outono de 1981. Descreve ele como, desde a criação do Solidariedade, estava a ser preparada uma operação militar e como aumentavam as pressões e intervenções directas do Kremlin para obrigar as autoridades polacas àquilo que Brejnev designava como «inversão dos acontecimentos». Cf. *Kultura*, n.º 4, Abril de 1987.

<sup>5</sup> Mieczyslaw Rakowski, futuro primeiro-ministro, escreveu, em 1987, um documento secreto destinado à direcção do partido, sobre a desconfiança do Kremlin em relação às autoridades polacas depois de Dezembro de 1981. Cf. «Considerações relativas a alguns aspectos da situação política e económica da República Popular da Polónia na segunda metade dos anos oitenta», publicado pela editora clandestina *Mysl* em 1988.

<sup>6</sup> Cf. entre outros, o estudo de Stefan Nowak para a Associação Polaca de Sociologia: *Sociedade polaca da segunda metade dos anos oitenta*, Varsóvia, 1987 (texto policopiado).

<sup>7</sup> Por exemplo: o valor do produto interno bruto em 1987 correspondia a menos de 80 % do produto interno bruto de 1978 — o último antes da crise — e os salários a um pouco mais de 83 %. Cf. *Rocznik Statystyczny 1988*, Varsóvia, Instituto Nacional de Estatística, 1988.

<sup>8</sup> Relativamente a vários aspectos do processo da decomposição do sistema do poder, incluindo a economia, na Polónia dos últimos anos, cf. Witold Morawski e Wieslaw Kozek (eds.): *A quebra da ordem estatístico*, Varsóvia, Universidade de Varsóvia, 1988.

<sup>9</sup> Relativamente à oposição depois de 1981, cf. Aleksander Smolar: *The Polish Oposition since December 1981*, Washington, The Wilson Center, Occasional Paper, 1988.

<sup>10</sup> Cf., por exemplo, a entrevista que concedeu ao Estado de São Paulo, 2 de Março de 1984, na qual falou da presença de trotskistas e de comunistas no Solidariedade.

<sup>11</sup> *Trybuna Ludu*, 7 de Abril de 1989.

<sup>12</sup> Durante a sessão da Comissão Executiva Nacional em 20-21 de janeiro de 1989, *Region*, 12 de Fevereiro de 1989.

<sup>13</sup> *Idem*.

<sup>14</sup> *Tygodnik Solidarnosc*, n.º 1 (38), 2 de Junho de 1989.

<sup>15</sup> Entrevista de Glemp para *Quest France* de 11 de Julho de 1989, na qual disse que o sistema bi-partidário não é pluralista e que é necessário construir estruturas democratas-cristãs.

<sup>16</sup> Por exemplo, Antoni Maceierewicz «... cria-se um partido político de esquerda, sob a designação de Comité Cívico, com tendências monopolistas». Cf. 'Vitória e boicote', *Wiadomosci*, 11 de Junho de 1989.

---

<sup>17</sup> Cf. *Odrodzenie*, 4 de Junho de 1989.